

1 Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às dez horas e vinte
 2 minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de
 3 Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala
 4 cento e quatro, Brasília, Distrito Federal, Rogério Giannini (CFP) iniciou a Assembleia
 5 de Políticas, da Administração e das Finanças – Apaf, falando sobre a importância deste
 6 momento democrático. Citou o recente falecimento da psicóloga mineira Rosimeire
 7 Aparecida Silva, integrante da Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH/CFP),
 8 a qual foi uma militante histórica da luta antimanicomial e pioneira na criação e
 9 implementação dos serviços substitutivos aos manicômios na rede de saúde mental. Ana
 10 Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP), Pedro Paulo Bicalho (CFP), Norma
 11 Cosmo Celiane (CFP) saudaram a assembleia, citando a alegria de ter a oportunidade de
 12 fazer essa construção coletiva de grande importância para psicólogas e psicólogos,
 13 registrando a disposição para uma trajetória pautada no diálogo. Em seguida os
 14 funcionários do CFP presentes foram apresentados. A Mesa Diretora de sábado foi
 15 composta por Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP), Rodrigo Acioli Moura
 16 (CRP-05/RJ), Aristeu Bertelli da Silva (CRP-06/SP). Ficou combinado que no domingo,
 17 a Mesa Diretora será composta por representantes do CRP 04/MG, do CRP-12/SC e
 18 CFP, com Pedro Paulo Bicalho. **1. APRECIÇÃO DAS ATAS DA APAF DE**
 19 **DEZEMBRO DE 2016:** Participaram deste ponto: CRP-01/DF: Andreza Sorrentino,
 20 Vitor Barros Rego. CRP-02/PE: Marcos Mucarbel Junior, José Hermes de Azevedo
 21 Júnior. CRP-03/BA: Valter da Mata Filho, Mailson Santos Pereira, Glória Maria
 22 Machado Pimentel. CRP-04/MG: Cláudia Natividade, Madalena Luiz Tolentino,
 23 Dalcira Pereira Ferrão. CRP-05/RJ: Diva Lúcia Gautério Conde, Rodrigo Acioli Moura,
 24 Paula Land Curi. CRP-06/SP: Aristeu Bertelli da Silva, Guilherme Rodrigues Raggi
 25 Pereira, Rodrigo Toledo. CRP-07/RS: Silvana de Oliveira, Fernanda Facchin
 26 Fioravanzo, Mariane Teixeira Netto Rodrigues. CRP-08/PR: João Baptista Fortes de
 27 Oliveira, Francisco Mário Pereira Mendes, Carolina de Souza Walger de Almeida.
 28 CRP-09/GO: Ionara Vieira Moura Rabelo, Murillo Rodrigues dos Santos. CRP-
 29 10/PA/AP: Luiz Romano da Motta Araujo Neto, Carla Isadora Barbosa Canto. CRP-
 30 11/CE: Diego Mendonça Viana, João Paulo Lopes Coelho. CRP-12/SC: Jaira Terezinha
 31 da Silva Rodrigues, Anderson Luis Schuck, Ematuir Teles de Sousa. CRP-13/PB: Helga
 32 Cristine Maciel Hofmann, Iany Cavalcanti da Silva Barros. CRP-14/MS: Irma Macario,
 33 Glace do Carmo Freitas Siqueira. CRP-15/AL: ausente no momento. CRP-16/ES:
 34 Sharla Provietti Bitencourt, Diemerson Saquetto. CRP-17/RN: Rodrigo Costa de
 35 Oliveira. CRP-18/MT: Morgana Moreira Moura. CRP-19/SE: Alan Santana Santos.
 36 CRP-20/ AM/AC/RR/RO: Gibson Alves dos Santos e Magaly Silva de Oliveira. CRP-
 37 21/PI: José Augusto Santos Ribeiro. CRP-22/MA: Eliandro Rômulo Cruz Araújo. CRP-
 38 23/TO: ausente no momento. CFP: Rogério Giannini, Ana Sandra Fernandes Arcoverde
 39 Nóbrega, Pedro Paulo Bicalho. Pedro Paulo Bicalho informou que essa ata foi revisada
 40 pelos membros da atual diretoria do CFP (que participaram da Apaf como convidados)
 41 e pelos membros da diretoria anterior (que participaram da Apaf como delegados).
 42 Houve apenas um destaque na linha 565 (quinhentos e sessenta e cinco) da ata do
 43 primeiro dia de reunião, para verificar se o texto ficou claro. Não houve alterações. A
 44 ata do primeiro dia da Apaf de dezembro de 2016 foi aprovada por unanimidade. Não
 45 houve destaques na ata do segundo dia de Apaf, a qual também foi aprovada por
 46 unanimidade. **2. ORDEM DA PAUTA:** Foram feitas diversas sugestões de pauta e,
 47 após diálogo, restaram duas propostas: aquela feita originalmente pelo CRP-08/PR:
 48 "Prestação de Contas do CFP – Exercício 2016; GT Elaboração de Projeto de Apoio
 49 Financeiro a Publicações de CRPs; GT Criação de um Plano de Contingências, com

50 plano de ajuda mútua entre CRPs; GT Situação Financeira do CRP 01/DF; GT Situação
 51 financeira do CRP 23 e sugestões de encaminhamentos; Reformulação Orçamentária do
 52 CFP para o exercício de 2017; GT Revisão da Política de Orientação e Fiscalização do
 53 Sistema Conselhos de Psicologia; Coaching; GT Minuta de Resolução sobre Escuta
 54 Psicológica de Crianças e Adolescentes; Revisão da Resolução CFP nº 35-15 (Institui a
 55 Comissão Nacional de Psicologia na Assistência Social CONPAS) no âmbito do
 56 Conselho Federal de Psicologia; Criação do Comitê de Profissionais de TI do Sistema
 57 Conselhos; Implantação de nova CIP de psicólogo." E a proposta feita originalmente
 58 pelo CFP: "Pontos Financeiros / GTs de assuntos financeiros; Grupos de Trabalho;
 59 Resoluções - Publicação da Resolução que Institui A Política de Orientação e
 60 Fiscalização; Inclusão nos GTs: Revisão CPD; Consolidação das Resoluções; Revisão
 61 da Resolução CFP nº 001/1999; Estudo e elaboração de uma proposta de implantação
 62 de nova CIP de psicólogo; Carteira de Identidade Profissional - CIP - Convênio com
 63 Ministério dos Direitos Humanos (1º pauta de domingo); Campanha Psicologia em
 64 Defesa da Democracia e Seguridade Social (Priorizar)." Foi aprovada por unanimidade,
 65 a seguinte ordem de pauta: "Pontos Financeiros / GTs de assuntos financeiros;
 66 Prestação de contas do CFP; GT Elaboração de Projeto de Apoio Financeiro a
 67 Publicações de CRP; GT Criação de um Plano de Contingências, com plano de ajuda
 68 mútua entre CRPs; GT Situação Financeira do CRP 01/DF; GT Situação financeira do
 69 CRP 23 e sugestões de encaminhamentos; Reformulação Orçamentária do CFP para o
 70 exercício de 2017; Campanha Psicologia em Defesa da Democracia e Seguridade
 71 Social; GTs da APAF (na ordem indicada pelo CRP-03/BA): GTs Resoluções POF
 72 (Política de Orientação e Fiscalização e revisão do CPD - Código de Processamento
 73 Disciplinar); Crepop; Resolução CFP nº 01/99; Coaching; Escuta Especial de Crianças e
 74 Adolescentes; CIP - Carteira de Identidade Profissional e convênio com Ministério de
 75 Direitos Humanos (discutir no primeiro ponto de pauta de domingo); Comissão de
 76 Profissionais de TI do Sistema; Democratização da comunicação; CONPAS; PL
 77 referente à Lei 5.766; Saúde Suplementar." Em seguida, Ana Sandra informou que a
 78 Mesa Diretora recebeu da Fenasera (Federação Nacional dos Trabalhadores nas
 79 Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional) uma nota de repúdio à diretoria
 80 do CRP-01/DF bem como um relatório sobre a situação do Regional e consultou se esse
 81 ponto deveria ser incluído na pauta. Andreza Sorrentino (CRP-01/DF) informou que
 82 não faz sentido discutir a moção sem discutir a situação financeira do CRP-01/DF.
 83 Rogério Giannini (CFP) esclareceu que a moção já foi aprovada pela Fenasera, não
 84 cabendo à Apaf aprová-la. Bastaria registrar o recebimento e o ponto de pauta seria
 85 apenas um informe para a leitura do documento. Andreza Sorrentino (CRP-01/DF)
 86 afirmou que o CFP e os CRPs estão reunidos com outros objetivos, não cabendo a
 87 discussão de questões sindicais, mas sim a situação financeira pautada pelo Regional.
 88 Ressaltou que o CRP-01/DF tem condições de esclarecer cada um dos pontos colocados
 89 na moção da Fenasera. Mariane Teixeira Netto Rodrigues (CRP-07/RS) explicou que o
 90 informe já foi feito e sugeriu que o documento fosse distribuído para leitura de todos,
 91 sem necessidade de discussão em Apaf, tendo em vista a quantidade de pontos que já
 92 compõem a extensa pauta. Essa indicação do CRP-08/PR foi acatada, sendo solicitado o
 93 registro em ata de que o documento foi recepcionado pela Assembleia. Ficou
 94 combinado um intervalo para almoço de uma hora e meia, às treze horas. Foi conferida
 95 a delegação para o próximo ponto de pauta: CRP-01/DF: Vanuza Célia Sales, Leovane
 96 Gregorio. CRP-02/PE: Marcos Mucarbel Junior, José Hermes de Azevedo Júnior. CRP-
 97 03/BA: Valter da Mata Filho, Glória Maria Machado Pimentel, José Costa dos Santos.
 98 CRP-04/MG: Cláudia Natividade, Madalena Luiz Tolentino, Dalcira Pereira Ferrão.

- 99 CRP-05/RJ: Diva Lúcia Gautério Conde, Rodrigo Acioli Moura, Paula Land Curi. CRP-
 100 06/SP: Aristeu Bertelli da Silva, Rodrigo Toledo, Magna Barboza Damasceno. CRP-
 101 07/RS: Silvana de Oliveira, Fernanda Facchin Fioravanzo, Mariane Teixeira Netto
 102 Rodrigues. CRP-08/PR: Francisco Mário Pereira Mendes, Carolina de Souza Walger de
 103 Almeida, Semiramis Maria Amorim Vedevatto. CRP-09/GO: Ionara Vieira Moura
 104 Rabelo, Murillo Rodrigues dos Santos. CRP-10/PA/AP: Luiz Romano da Motta Araujo
 105 Neto, Carla Isadora Barbosa Canto. CRP-11/CE: Diego Mendonça Viana, João Paulo
 106 Lopes Coelho. CRP-12/SC: Jaira Terezinha da Silva Rodrigues, Anderson Luis Schuck,
 107 Ematuir Teles de Sousa. CRP-13/PB: Helga Cristine Maciel Hofmann, Iany Cavalcanti
 108 da Silva Barros. CRP-14/MS: Irma Macario, Glace do Carmo Freitas Siqueira. CRP-
 109 15/AL: José Félix Vilanova Barros, Mauricio Luiz Marinho de Melo. CRP-16/ES:
 110 Sharla Proviatti Bitencourt, Diemerson Saquetto. CRP-17/RN: Rodrigo Costa de
 111 Oliveira. CRP-18/MT: Karina Franco Moshage. CRP-19/SE: Frederico Alves de
 112 Almeida. CRP-20/ AM/AC/RR/RO: Gibson Alves Dos Santos, Magaly Silva de
 113 Oliveira. CRP-21/PI: Danilo Camuri Texeira Lopes. CRP-22/MA: Railson de Oliveira
 114 Rodrigues. CRP-23/TO: Rodrigo Monteiro de Oliveira. CFP: Ana Sandra Fernandes
 115 Arcoverde Nóbrega, Norma Cosmo Celiane, Pedro Paulo Bicalho. **3. PONTOS**
 116 **FINANCEIROS CFP. 3.1 PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CFP – EXERCÍCIO**
 117 **2016:** Norma Cosmo Celiane (CFP) citou a base legal para a discussão do ponto: Lei
 118 Federal nº 5.766/1971 (cinco mil setecentos e sessenta e seis de mil novecentos e
 119 setenta e sete), Decreto nº 79.822/1977 (setenta e nove mil oitocentos e vinte e dois de
 120 mil novecentos e setenta e sete), Resolução CFP 17/2000 (dezessete de dois mil) -
 121 Regimento Interno do CFP. Mencionou a Norma 14 (catorze) da resolução, informando
 122 que a composição do processo no CFP segue a mesma composição dos processos nos
 123 Regionais. Em seguida, projetou os números da receita do exercício, informando que
 124 foram orçados R\$ 27.272.808,85 (vinte e sete milhões duzentos e setenta e dois mil
 125 oitocentos e oito reais e oitenta e cinco centavos) e foram arrecadados R\$ 28.875.510,63
 126 (vinte oito milhões oitocentos e setenta e cinco mil quinhentos e dez reais e sessenta e
 127 três centavos). Ou seja, foi feita uma previsão e a receita foi ultrapassada em 105,11%
 128 (cento e cinco vírgula onze por cento). Informou que a Cota Parte (parte destinada ao
 129 CFP) foi orçada em R\$ 20.939.966,34 (vinte milhões novecentos e trinta e nove mil
 130 novecentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos), mas foram arrecadados R\$
 131 21.270.014,08 (vinte e um milhões duzentos e setenta mil catorze reais e oito centavos),
 132 de modo que o percentual de realização foi de 101,58% (cento e um vírgula cinquenta e
 133 oito por cento). Acrescentou que a Cota Revista (parte destinada aos projetos do
 134 Sistema Conselhos CFP) foi orçada em R\$ 5.226.894,10 (cinco milhões duzentos e
 135 vinte e seis mil novecentos e sessenta e seis reais e trinta e quatro centavos), mas foram
 136 arrecadados R\$ 6.155.681,65 (seis milhões cento e cinquenta e cinco mil seiscentos e
 137 oitenta e um reais e sessenta e cinco centavos), de modo que o percentual de realização
 138 foi de 117,77% (cento e dezessete vírgula setenta e sete por cento). Informou que o
 139 substrato das devoluções das anuidades foi orçado em R\$ 1.305.948,41 (um milhão
 140 trezentos e cinco mil novecentos e quarenta e oito reais e quarenta e um centavos), mas
 141 foram arrecadados R\$ 1.449.814,90 (um milhão quatrocentos e quarenta e nove mil
 142 oitocentos e catorze reais e noventa centavos), de modo que o percentual de realização
 143 foi de 111,02% (cento e onze vírgula dois por cento). Em seguida foi projetado o
 144 histórico de receitas brutas de 2012 (dois mil e doze) até o momento atual e o histórico
 145 das receitas da cota parte, cota revista e fundo seções. Os números mostram uma média
 146 de percentual de realização de 97% (noventa e sete por cento), o que mostra que o
 147 orçamento feito pelo CFP se aproxima da realidade a partir da arrecadação dos CRPs.

148 Norma Cosmo Celiane (CFP) mostrou as despesas fixadas e realizadas. Para projetos do
149 CFP foi fixado o valor de R\$ 22.361.283,76 (vinte e dois milhões trezentos e sessenta e
150 um mil duzentos e oitenta e três reais e setenta e seis centavos), já foi realizado o valor
151 de R\$ 21.780.498,70 (vinte e um milhões setecentos e oitenta mil quatrocentos e
152 noventa e oito reais e setenta centavos). Então foi executado 97.40% (noventa e sete
153 vírgula quarenta por cento). Para projetos da Conta Divulgação, as despesas foram
154 fixadas em R\$ 7.426.894,10 (sete milhões quatrocentos e vinte e seis mil oitocentos e
155 noventa e quatro reais e dez centavos), foi realizado um total de R\$ 5.304.757,43 (cinco
156 milhões trezentos e quatro mil setecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e três
157 centavos), ou seja, 71.43% (setenta e um vírgula quarenta e três por cento) foi
158 executado. Sobre o fundo de seções e devolução de anuidades, foram fixados R\$
159 1.305.948,41 (um milhão trezentos e cinco mil novecentos e quarenta e oito reais e
160 quarenta e um centavos), foram realizados R\$ 921.965,98 (novecentos e vinte e um mil
161 novecentos e sessenta e cinco reais e noventa e oito centavos), correspondendo a
162 70.60% (setenta vírgula sessenta por cento) de devoluções de anuidades que já foram
163 pagas. No conjunto de despesas, somam de despesas fixadas R\$ 31.094.126,27 (trinta e
164 um milhões noventa e quatro mil cento e vinte e seis reais e vinte e sete centavos), de
165 despesas realizadas R\$ 28.007.222,11 (vinte e oito milhões sete mil duzentos e vinte e
166 dois mil e onze centavos), correspondendo a 90.07% (noventa vírgula sete por cento) de
167 executado. Foi apresentado o resultado orçamentário, em que foi visto que a Cota Parte
168 ficou com um saldo negativo de R\$ 510.484,62 (quinhentos e dez mil quatrocentos e
169 oitenta e quatro reais e sessenta e dois centavos). O conjunto de receitas realizadas
170 (Cota Parte, Cota Revista, Fundo de Seções e Fundo de Devolução de Anuidades) foi de
171 R\$ 28.875.510,63 (vinte e oito milhões oitocentos e setenta e cinco mil quinhentos dez
172 reais sessenta e três centavos), e de despesas executadas foi de R\$ 28.007.222,11 (vinte
173 e oito milhões sete mil duzentos e vinte e dois reais e onze centavos). Norma Cosmo
174 Celiane (CFP) explicou que no conjunto de despesas, o CFP apresentou um superávit
175 orçamentário de R\$ 868.288,52 (oitocentos e sessenta e oito mil duzentos e oitenta e
176 oito reais e cinquenta e dois centavos) no exercício de 2016 (dois mil e dezesseis), mas
177 desdobrando as despesas é possível ver que a Cota Parte teve um saldo negativo. Foi
178 apresentado o resultado patrimonial, mostrando que o patrimônio aumentou em R\$
179 29.634.179,72 (vinte e nove milhões seiscentos e trinta e quatro mil cento e setenta e
180 nove reais e setenta e dois centavos). De variações patrimoniais diminutas, ou seja, tudo
181 que foi utilizado, há o valor de R\$ 29.410.577,44 (vinte e nove milhões quatrocentos e
182 dez mil quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e quatro centavos). Ficando um
183 resultado do patrimônio de R\$ 223.602,28 (duzentos e vinte e três mil seiscentos e dois
184 reais e vinte e oito centavos), ou seja, um superávit patrimonial no exercício de 2016
185 (dois mil e dezesseis). Abertas as inscrições, Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) falou
186 da satisfação de ter um orçamento mais detalhado nesta apresentação. Sobre o balanço
187 patrimonial, perguntou o que gerou no passivo circulante o aumento de despesas em
188 curto prazo. No fluxo de caixa, informou que a amortização de empréstimos não deve
189 ser contabilizada como despesa corrente, assim afirmou que o dinheiro dos empréstimos
190 que retornar não deve ser considerado como fluxo de caixa para gastar. Murillo
191 Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) perguntou se há um documento sintético com todas
192 as prestações de contas (como foi apresentado na Apaf anterior) ou se há apenas essas
193 planilhas detalhadas. Fernanda Facchin Fioravanzo (CRP-07/RS) concordou com a
194 necessidade de ter uma tabela sintética e solicitou que o material apresentado fosse
195 encaminhado a todos os tesoureiros, se possível, neste momento. Leovane Gregorio
196 (CRP-01/DF) pediu para apresentar o saldo que o CFP tinha em caixa no dia

197 31/12/2016 (trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis) e contas pendentes. José
 198 Costa dos Santos (CRP-03/BA) explicou que a administração pública é obrigada a
 199 apresentar alguns balanços: o orçamentário, o financeiro, as demonstrações das
 200 variações patrimoniais. Foram apresentados os comparativos de receitas arrecadadas e
 201 realizadas, mas não foram apresentados na íntegra os balanços, inclusive, o balanço
 202 patrimonial, que responderia a pergunta colocada, pois lá deve ter a disponibilidade
 203 financeira. Aberto novo bloco de inscrições, Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ)
 204 perguntou como se faz com o déficit da cota parte. Representante do CRP-19/SE
 205 perguntou se este material solicitado nas falas anteriores já foi encaminhado por e-mail
 206 junto com o material da Apaf. Norma Cosmo Celiane passou a responder as questões
 207 com auxílio da equipe do CFP. A equipe técnica do CFP informou que a apresentação
 208 está sintética e é baseada na Resolução CFP 10/2007 (dez de dois mil e sete), que é o
 209 manual. Todas as peças contábeis colocadas nessa resolução foram enviadas por e-mail,
 210 mas aqui na Apaf, foi feita uma apresentação sintética para ser mais didático.
 211 Esclareceu que a separação entre receita patrimonial e corrente segue uma classificação
 212 do balanço orçamentário, ou seja, ela não se aplica na demonstração de fluxo de caixa.
 213 Portanto a classificação feita pelo CFP está correta. Murillo Rodrigues dos Santos
 214 (CRP-09/GO) lembrou que o Jornal do Federal de dezembro de 2016 (dois mil e
 215 dezesseis), na página 16 (dezesseis), apresentou uma planilha com números que gostaria
 216 de conferir com os dados que estão sendo apresentados agora. Norma Cosmo Celiane
 217 (CFP) esclareceu que na ocasião do Jornal a gestão anterior não tinha sido finalizada e
 218 agora foi. A equipe técnica do CFP acrescentou que no Jornal foi apresentado o
 219 relatório gerencial da época, então hoje não é possível fazer um relatório nesse formato,
 220 pois agora se trabalha com números já tendo o exercício de 2016 (dois mil e dezesseis)
 221 encerrado. Sobre o balanço patrimonial, respondendo ao questionamento do CRP-
 222 12/SC, a equipe técnica do CFP explicou que por questões gerenciais (entendimentos
 223 diferentes entre gerentes contábeis) foram modificadas algumas classificações. No
 224 exercício anterior, alguns passivos eram colocados na conta 'Restos a pagar'. E nesse
 225 exercício essa conta está com o saldo zerado, porque essa conta 'Demais obrigações a
 226 curto prazo' está contemplando todos os fornecedores, inclusive aqueles que estavam
 227 em 'Restos a pagar'. Foram reunidos 'Restos a pagar' e 'Demais obrigações em curto
 228 prazo' por uma decisão gerencial. A Mesa Diretora chamou atenção para o fato de
 229 alguns CRPs estarem relatando estar sem o material, enquanto outros tinham o material.
 230 Murillo Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) afirmou que muitas vezes o CFP envia os
 231 materiais para os e-mails pessoais dos delegados e já foi solicitado que sejam enviados
 232 aos e-mails institucionais, para não haver risco de ficarem presos como *spam*. Norma
 233 Cosmo Celiane (CFP) ressaltou que todos os materiais do ponto foram encaminhados
 234 nas pastas da Apaf, dentro dos prazos regimentais. Sobre o saldo do CFP em
 235 31/12/2016 (trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis), foi projetado em tela o
 236 balanço patrimonial, em que na segunda coluna, no ativo circulante, aparece a rubrica
 237 'Caixa' e 'Equivalente de caixa', que é o dinheiro que o CFP tinha em caixa no
 238 encerramento do exercício, no valor de R\$ 11.687.274, 48 (onze milhões seiscentos e
 239 oitenta e sete mil duzentos e setenta e quatro reais e quarenta e oito centavos). Sobre a
 240 solicitação do CRP-09/GO de um documento mais sintético, Pedro Paulo Bicalho (CFP)
 241 informou que politicamente o mais sintético é exatamente a divisão que foi feita,
 242 mostrando a receita da cota parte e da cota revista, para todos saberem o que o CFP
 243 pode gastar e o que é de gestão do Sistema Conselhos. Informou não saber se a
 244 solicitação seria para unificar essa divisão, mas, se for isso, informou discordar, pois a
 245 divisão é importante para reafirmar um compromisso desta Apaf (que não está previsto

246 na lei 5766/1971), para que o CFP tenha clareza do que é destinado à Apaf. Afirmou
 247 que transformar o que já está sintético em algo mais sintético seria colocar em risco os
 248 acordos feitos em Apaf. Murillo Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) esclareceu que a
 249 dificuldade de alguns CRPs se dá pela forma de envio dos materiais da Apaf na forma
 250 como é sistematizado, pois são três remessas. Se repetem algumas pastas, mas elas vão
 251 em branco, e o CRP tem um trabalho de verificar tudo que chega, pois não chega em
 252 apenas um e-mail, chega na área técnica, na diretoria, na área administrativa, então o
 253 fluxo de materiais é muito grande. Fez a sugestão de que na última remessa se reúnam
 254 todos os documentos das três remessas e se envie o acumulado. Diva Lúcia Gautério
 255 Conde (CRP-05/RJ) perguntou se há alguma proposta do CFP para aprovar a prestação
 256 de contas com um déficit da cota parte, se isso passaria para o exercício de 2017 (dois
 257 mil e dezessete). Norma Cosmo Celiane (CFP) explicou que no conjunto do orçamento,
 258 o resultado está dentro da legalidade e não há nenhum problema para aprovação, mas
 259 destacou que houve um déficit na Cota Parte. Silvana de Oliveira (CRP-07/RS)
 260 perguntou o que significa esse déficit, se é porque os CRPs não conseguiram repassar ao
 261 CFP o volume que deveria. Norma Cosmo Celiane (CFP) esclareceu que a receita
 262 fixada extrapolou o que foi arrecadado. No conjunto há um superávit, mas o CFP não
 263 pode utilizar o valor da Conta Revista, pois esse dinheiro é da Apaf. Ana Sandra
 264 Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) acrescentou que o CFP gastou mais do que
 265 arrecadou para custeio do próprio CFP. Ressaltou que o orçamento do CFP para
 266 questões legais não apresenta nenhuma irregularidade, mas na divisão interna feita pelo
 267 Sistema Conselhos de Psicologia, há uma rubrica chamada Cota Parte que é
 268 administrada pelo Plenário do CFP, e o CFP faz gastos retirando dinheiro apenas desta
 269 conta. E há outra conta, Conta Revista, que não pertence à gestão do CFP, portanto, o
 270 CFP não tira dinheiro de lá que a Apaf não autorize. O que estava orçado para o CFP,
 271 da Cota Parte, era o valor de R\$ 21.270.014,08 (vinte e um milhões duzentos e setenta
 272 mil catorze reais e oito centavos) e o que o CFP gastou da Cota Parte (o que podia
 273 gastar) foi maior que isso, gerando um saldo negativo. Na perspectiva do TCU, não há
 274 nenhuma irregularidade, porque o orçamento total está fechando adequadamente, com
 275 superávit de R\$ 868.000,00 (oitocentos e sessenta e oito mil reais). Norma Cosmo
 276 Celiane (CFP) complementou que o fundo de seções e fundo de devolução de anuidades
 277 também foram criados pela Apaf e só podem ser utilizados para esses fins, de modo que
 278 qualquer modificação precisa passar pela Apaf. A equipe técnica do CFP explicou que o
 279 CFP está fazendo uma prestação de contas detalhada e que esse valor negativo não é um
 280 problema, pois pode se executar num exercício mais do que se arrecada, desde que haja
 281 algum recurso financeiro de superávits anteriores. Esclareceu que no saldo de onze
 282 milhões em 31/12/2016 (trinta e um de dezembro de dois mil e dezesseis) estão inclusos
 283 todos os fundos, a cota parte, a cota revista e alguns passivos do CFP perante alguns
 284 CRPs, como é o caso do CRP-20 AM/AC/RR/RO que está pautado para a Apaf.
 285 Ressaltou que a análise deve considerar o conjunto. Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP-
 286 09/GO) pediu a projeção do balanço orçamentário. Ela explicou que no caso de Goiás
 287 há a previsão inicial de R\$ 612.000,00 (seiscentos e doze mil reais), a receita de R\$
 288 592.000,00 (quinhentos e noventa e dois mil reais) e o saldo devedor de R\$ 19.000,00
 289 (dezenove mil reais). Perguntou se o CRP está devendo algo, pois no saldo que enviado
 290 ao TCU não houve nenhum problema. Gostaria de entender esse cálculo. A equipe
 291 técnica do CFP explicou que esse demonstrativo mostra de onde está vindo o recurso. A
 292 previsão que o CFP tinha de receber do CRP-09/GO no exercício de 2016 (dois mil e
 293 dezesseis) era de R\$ 612.000,00 (seiscentos e doze mil reais), mas o que veio de repasse
 294 de Cota Parte foi apenas R\$ 592.000,00 (quinhentos e noventa e dois mil reais). Essa

295 diferença de R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) não significa um débito do CRP com o
 296 CFP, é apenas a diferença do que se estimou receber e o que foi recebido de fato. Ionara
 297 Vieira Moura Rabelo (CRP-09/GO) perguntou como é feita essa estimativa, se em cima
 298 do número de inscritos ativos. A equipe técnica do CFP explicou que o orçamento do
 299 CFP é feito com base no orçamento dos CRPs. Esse número utilizado estava na
 300 proposta orçamentária do CRP-09/GO como despesa de Cota Parte. O CFP faz a sua
 301 previsão de receita copiando esse valor do que é encaminhado por todos os CRPs.
 302 Leovane Gregorio (CRP-01/DF) perguntou se o saldo do CFP de onze milhões em 2016
 303 (dois mil e dezesseis) é acumulado de outros anos. Rodrigo Costa de Oliveira (CRP-
 304 17/RN) explicou que todo Conselho faz uma estimativa de receita do que irá receber e
 305 uma fixação de despesas que acredita que terá, mas muitas vezes essa receita não é
 306 atingida por vários motivos, como a inadimplência, por exemplo. Isso poderá ser
 307 discutido em outro ponto. Diante da falta de irregularidades na apresentação da peça,
 308 pediu celeridade e que se coloque em votação a prestação de contas do CFP, em virtude
 309 do adiantar da hora. José Félix Vilanova Barros (CRP-15/AL) informou que o saldo do
 310 CFP de 20 (vinte) de dezembro de 2016 (dois mil e dezesseis) era de R\$ 13.041.465,16
 311 (treze milhões quarenta e um mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e dezesseis
 312 centavos). Afirmou que isso foi publicado e houve auditoria. Norma Cosmo Celiane
 313 (CFP) passou a responder as questões, explicando que o saldo de onze milhões é sim
 314 um valor acumulado da conta revista, cota parte, fundo de seções, inclusive uma parte
 315 do fundo de seções que será repassado ao CRP-20/ AM/AC/RR/RO, que nunca recebeu
 316 esse fundo, desde que foi criado. Sobre o saldo de treze milhões mencionado pelo CRP-
 317 15/AL, esclareceu que em 20 (vinte) de dezembro não constava ainda a folha de
 318 pagamentos e toda a tributação. Não havendo mais questões, em regime de votação, a
 319 prestação de contas do CFP exercício 2016 (dois mil e dezesseis) foi aprovada por 46
 320 (quarenta e seis) votos. Às treze horas a reunião foi interrompida para o almoço com o
 321 compromisso de retomada às catorze horas e trinta minutos. **3.2. ELABORAÇÃO DE**
 322 **PROJETO DE APOIO FINANCEIRO A PUBLICAÇÕES DE CRPS:** Norma
 323 Cosmo Celiane (CFP) informou que o GT, que foi criado em maio de 2013 (dois mil e
 324 treze), é composto pelo CFP e pelos CRPs 03/BA, 06/SP, 07/RS, 09/GO, 14/MS e
 325 20/AM/AC/RR/RO. Ela explicou que a partir do pedido de publicação do livro
 326 'Articulações de gêneros e Psicologia', a Apaf daquele ano definiu que um GT deveria
 327 ser criado para pensar nos critérios para o financiamento de publicações do Sistema
 328 Conselhos de Psicologia via Conta Divulgação. Até a atual gestão do CFP assumir, não
 329 havia sido realizada nenhuma reunião desse GT. Neste momento, a discussão foi
 330 temporariamente interrompida para acompanhamento de parte do pronunciamento do
 331 Presidente da República Michel Temer. Retornando ao ponto de pauta, Norma Cosmo
 332 Celiane (CFP) informou que no dia 24 (vinte e quatro) de março foi feita uma reunião
 333 telefônica do Grupo. A partir disso, o CFP propôs uma fusão entre este GT e o GT de
 334 Assuntos Financeiros. Carolina de Souza Walger de Almeida (CRP-08/PR) perguntou
 335 se há necessidade de manter este ponto na pauta, haja vista que muitos já foram
 336 discutidos na reunião de tesoureiros. Fernanda Facchin Fioravanzo (CRP-07/RS)
 337 informou que seu CRP faz parte do GT de publicações, mas não faz parte do GT
 338 financeiro, assim, sugeriu que aqueles CRPs que fazem parte do GT de publicações
 339 possam fazer parte do GT financeiro. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC)
 340 sugeriu que os CRPs do GT de publicações possam fazer parte do GT de assuntos
 341 financeiros especificamente para esse ponto e não para o GT como um todo. Murillo
 342 Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) informou que não faz sentido a proposta do CRP-
 343 12/SC, pois a proposta é de fusão e não de exclusão de um GT em detrimento de outro.

344 Explicou que se for assim, a ideia é agregar membros do GT Financeiro no GT de
345 Publicações. Norma Cosmo Celiane (CFP) sugeriu que não se decida isso por enquanto,
346 que primeiro se colete o material dos CRPs, que o GT discuta a necessidade de
347 continuidade do GT e posteriormente defina se haverá ou não fusão dos GTs, para evitar
348 fazer agora uma discussão que deverá ser feita na próxima Apaf. Foi aprovado por
349 unanimidade o seguinte encaminhamento: O GT deverá coletar o material solicitado
350 com todos os CRPs e a partir dele avaliar a pertinência da continuidade do ponto a qual
351 será apreciada na APAF de dezembro de 2017. **3.3 GT CRIAÇÃO DE UM PLANO
352 DE CONTIGÊNCIAS, COM PLANO DE AJUDA MÚTUA ENTRE CRPS:** O
353 representante do CRP-06/SP explicou que este ponto não é financeiro, é sobre
354 emergências e desastres, mas pelo nome, acabaram colocando ele junto com pontos
355 financeiros por engano. Isso já foi esclarecido na reunião do dia anterior dos tesoureiros.
356 **3.4 SITUAÇÃO FINANCEIRA DO CRP-01/DF:** Norma Cosmo Celiane (CFP) informou que
357 o Ofício CFP nº 0439/2017 (quatrocentos e trinta e nove de dois mil e dezessete) foi
358 encaminhado ao CRP-01/DF solicitando o material para ser analisado pelo GT, para a
359 elaboração de uma proposta. Entretanto, não houve retorno do CRP. Quando reunido, o GT
360 realizou contato com o CRP-01/DF, mas também não recebeu o material até o final da reunião.
361 Desse modo, o GT concluiu que não é possível discutir nenhuma proposta sem a análise do
362 material pertinente. Norma Cosmo Celiane (CFP) propôs que os documentos do CRP-01/DF
363 sejam encaminhados ao GT e que este se reúna para produzir uma proposta. Leovane Gregorio
364 (CRP-01/DF) esclareceu que quando recebeu o ofício, não entendeu que precisava enviar o
365 material com antecedência, imaginou que poderia apresentar o relato na reunião de tesoureiros.
366 Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) explicou que a Apaf definiu que o assunto
367 fosse debatido pelo GT, não pela reunião de tesoureiros, por isso, não cabe discutir o tema na
368 Apaf sem a produção do GT. Leovane Gregorio (CRP-01/DF) informou que não foi avisado que
369 o GT se reuniria na véspera da reunião de tesoureiros. Ana Sandra Fernandes Arcoverde
370 Nóbrega (CFP) perguntou se os demais membros do GT foram informados sobre a reunião, para
371 verificar se houve falha na organização da reunião. Silvana de Oliveira (CRP-07/RS) sugeriu
372 que o CRP-01/DF pudesse apresentar de forma sintética um relato sobre a situação financeira do
373 Regional, pois isso trará subsídios para discutir outros pontos financeiros, como, por exemplo, a
374 situação do CRP-23/TO e o fundo de apoio financeiro para CRPs, o qual foi aprovado na Apaf
375 anterior, que deve ser feito a partir de critérios de equidade e proporcionalidade. Rodrigo Costa
376 de Oliveira (CRP-17/RN) concordou com a proposta colocada pelo CRP-07/RS, entendendo
377 que o GT não tem como deliberar neste momento, mas se houver um relato, o GT pode fazer
378 uma análise para a próxima Apaf. José Félix Vilanova Barros (CRP-15/AL) concordou com as
379 duas colocações feitas, ressaltando que os funcionários do CRP-01/DF estão aguardando uma
380 resposta. Iany Cavalcanti da Silva Barros (CRP-13/PB) solicitou questão de ordem para pedir
381 para que não se discuta o ponto, já que não será possível encaminhar neste momento. Frederico
382 Alves de Almeida (CRP-19/SE) afirmou que não é possível avaliar o tema agora, sem os
383 documentos pertinentes. A Mesa Diretora explicou que há duas propostas, a primeira para que o
384 CRP-01/DF apresente a sua situação financeira de forma breve e a segunda para que não se
385 discuta o assunto. Foram abertas falas de três minutos para defesa de cada proposta. Silvana de
386 Oliveira (CRP-07/RS) defendeu que o CRP-01/DF apresente brevemente a situação em que ele
387 se encontra para que isso seja um dos subsídios para discutir outros pontos da pauta como a
388 situação do CRP-23/TO e fundo de apoio aos CRPs. Afirmou que a ideia não é fazer o papel do
389 GT, mas sim ter mais um subsídio. Concluiu que não há como fazer uma análise de conjuntura
390 sem ouvir os envolvidos em cada situação. Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) falou da

391 importância dos pactos democráticos e lembrou que é histórico que esse GT forçou reuniões
392 para tratar do assunto em Apaf e agora há a situação contrária, o GT foi criado, quer discutir o
393 assunto, mas o CRP não tem apresentado os materiais. Afirmou que ao se escutar apenas a
394 versão do CRP-01/DF, sem analisar balanços, números, e todo o contexto há o risco de a
395 discussão se transformar em uma comunicação unilateral, que não reflete a seriedade necessária
396 para decisão da Assembleia. Por isso, defendeu que essas informações sejam trabalhadas no
397 momento oportuno. Como membro do GT se colocou à disposição para se reunir hoje à noite ou
398 em outros momentos para ouvir o relato do CRP-01/DF. Em regime de votação, houve 16
399 (dezesesseis) votos favoráveis à primeira proposta (relato do CRP-01/DF) e 27 (vinte e sete) votos
400 à segunda proposta (não discutir o ponto). Foram registradas três abstenções. **3.5 SITUAÇÃO**
401 **FINANCEIRA DO CRP-23/TO E SUGESTÕES DE ENCAMINHAMENTOS:** Rodrigo
402 Monteiro de Oliveira (CRP-23/TO) informou que o CRP tem recebido o devido suporte do CFP
403 e chegou à conclusão de que para 2017 (dois mil e dezessete) não haverá déficit financeiro, por
404 isso, retira o ponto nesta Apaf e, se houver necessidade, pautará o assunto novamente. Ressaltou
405 a necessidade de criação do fundo de apoio aos CRPs menores. Railson de Oliveira Rodrigues
406 (CRP-22/MA) perguntou de que forma se deu esse suporte ao CRP-23/TO. Rodrigo Monteiro
407 de Oliveira (CRP-23/TO) informou que o CRP tinha feito um orçamento (que está público) em
408 que já estava previsto um repasse de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) do CFP. Foi orçada
409 uma despesa de cerca de um milhão de reais e com isso já estava previsto um repasse do CFP ao
410 CRP-23/TO de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Isso não passou em Apaf e não se sabe
411 como isso foi feito. O CRP fez alguns ajustes, cortou gastos e conseguiu fechar o ano sem
412 débitos. Cortando os custos e fazendo uma reformulação orçamentária, o CRP verificou que
413 haverá arrecadação de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e isso será suficiente para sanar as contas
414 do CRP. Informou que está sendo feita a recobrança de débitos anteriores de psicólogos, que
415 deve gerar o valor de R\$ 320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) para o CRP. Railson de
416 Oliveira Rodrigues (CRP-22/MA) perguntou como foi feito o repasse de R\$ 600.000,00
417 (seiscentos mil reais), se foi por meio de empréstimo. Ana Sandra Fernandes Arcoverde
418 Nóbrega (CFP) explicou que havia uma rubrica de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) no
419 orçamento do CRP-23/TO que presumia que a Apaf ia deliberar pelo empréstimo ao CRP-
420 23/TO. Mas essa rubrica não deveria estar lá, porque a Apaf sequer apreciou o pedido de
421 empréstimo. Quando o corpo técnico do CFP foi até o CRP prestar orientação, foi feita uma
422 reformulação orçamentária mais próxima da realidade, sem contar com essa rubrica e a situação
423 foi sanada. **3.6 REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO CFP PARA O EXERCÍCIO**
424 **DE 2017:** Norma Cosmo Celiane (CFP) explicou que a reformulação do CFP propõe um
425 acréscimo de R\$ 616.855,91 (seiscentos e dezesseis mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e
426 noventa e um centavos) ao orçamento inicial, tendo como fonte o recurso de superávit
427 financeiro de exercícios anteriores da conta 'Fundo de Seções' para a execução do programa
428 não previsto no orçamento inicial que foi aprovado. O referido recurso será destinado ao
429 Repasse de Fundo de Seções, período de 2012 (dois mil e doze) a 2015 (dois mil e quinze), do
430 CRP-20 AM/AC/RR/RO. Assim, o orçamento inicial que era de R\$ 32.406.569,91 (trinta e dois
431 milhões quatrocentos e seis mil quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e um centavos)
432 passará para R\$ 33.023.425,82 (trinta e três milhões vinte e três mil quatrocentos e vinte e cinco
433 reais e oitenta e dois centavos) representando o acréscimo de 1,9%. Justificou que o CRP-20
434 AM/AC/RR/RO foi criado em 2011 (dois mil e onze) e após sua criação ele não recebeu o
435 Fundo de Seções, considerando algumas dificuldades de abertura de contas e das prestações de
436 contas de suas seções em função de inconsistências. Explicou que a ideia é aprovar parte do
437 repasse, pois uma parte do recurso já está autorizada. O total devido ao CRP-20

438 AM/AC/RR/RO é de R\$ 1.412.656,59 (um milhão quatrocentos e doze mil seiscentos e
439 cinquenta e seis reais e cinquenta e nove centavos). Já está autorizado em orçamentos anteriores
440 o valor de R\$ 795.800,68 (setecentos e noventa e cinco). Assim, a diferença a ser autorizada é
441 de R\$ 616.855,91 (seiscentos e dezesseis mil oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e
442 um centavos). Afirmou que o CFP fez todas as orientações ao CRP-20 AM/AC/RR/RO para que
443 as contas atendam aos critérios colocados pela resolução, para que o CRP tenha condições de
444 receber esse repasse. Gibson Alves dos Santos (CRP-20 AM/AC/RR/RO) informou que o CRP-
445 20 AM/AC/RR/RO foi criado em 2011 (dois mil e onze) e a sua criação foi litigiosa, o que
446 deixou difícil a relação com CRP-01/DF. O CRP-20 AM/AC/RR/RO toma conta de quatro
447 estados com grande dimensão territorial e a sua criação não foi articulada para começar uma
448 gestão organizada. A gestão ficou sozinha, buscando ajuda e orientação e os recursos que eram
449 de fundo de seções ficaram retidos, por que cada seção tinha de ter sua própria conta, mas não
450 era possível abrir essa conta. O CRP-20 AM/AC/RR/RO pediu auxílio do CFP para diálogo
451 com o Banco do Brasil para abertura das contas. A seção AM tinha três funcionários e o CRP-
452 20 AM/AC/RR/RO foi criado com esses três funcionários para cuidar de quatro estados. O que
453 foi um cenário caótico. Houve efeito cascata, pois as coisas foram se acumulando, e o CRP não
454 conseguia fazer as prestações de contas. Assim, o CFP foi *in loco* com a equipe contábil para
455 verificar e foi possível encaminhar a maioria das pendências. Ionara Vieira Moura Rabelo
456 (CRP-09/GO) informou que foi aprovado na ata o valor de R\$ 1.507.314,00 (um milhão
457 quinhentos e sete mil trezentos e catorze reais) do fundo de seções de 2017 (dois mil e
458 dezessete) e nesta apresentação o valor está diferente. A equipe técnica do CFP esclareceu que
459 esse fundo de seções não é destinado apenas ao CRP-20 AM/AC/RR/RO, é para todas as
460 seções. Assim, é preciso acrescentar ao orçamento mais R\$ R\$ 616.855,91 (seiscentos e
461 dezesseis mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e um centavos). Há um orçamento
462 para cada seção, se houver interesse, o CFP poderá encaminhar aos CRPs para conhecimento.
463 Explicou que se busca na Apaf apenas a autorização legal, pois o recurso financeiro já existe.
464 Norma Cosmo Celiane (CFP) acrescentou que o superávit de exercícios anteriores serão
465 alocados na rubrica fundo de seções. Já estava contabilizado como despesa, por isso não estava
466 aparecendo na rubrica de fundo de seções de 2017 (dois mil e dezessete). Agora que o CRP-20
467 AM/AC/RR/RO está apto a receber, passará a compor o fundo de seções de 2017 (dois mil e
468 dezessete). A equipe técnica do CFP esclareceu que esse valor não estava no orçamento de 2017
469 (dois mil e dezessete), ele estava no valor acumulado de 2012 (dois mil e doze) a 2016 (dois mil
470 e dezesseis), como recursos financeiros. Esse dinheiro foi guardado obedecendo regras da
471 contabilidade pública, ou seja, se o CFP deve, ele tem de reconhecer a despesa e guardar o
472 dinheiro, deixar esse dinheiro no passivo (pronto para pagar a despesa), mas como havia
473 pendência, o pagamento não foi repassado de fato. Agora que o CRP-20 AM/AC/RR/RO está
474 apto a receber, passará a compor o fundo de seções de 2017 (dois mil e dezessete). Ionara Vieira
475 Moura Rabelo (CRP-09/GO) perguntou quanto tem acumulado do fundo de seções de anos
476 anteriores que não está sendo utilizado. A equipe técnica do CFP informou que consta apenas
477 esses R\$ 616.855,91 (seiscentos e dezesseis mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e
478 um centavos) do CRP-20 AM/AC/RR/RO. Railson de Oliveira Rodrigues (CRP-22/MA)
479 perguntou se o dinheiro deixou de ser contabilizado, após as dificuldades de repasse. A equipe
480 técnica do CFP explicou que foi contabilizado como receita financeira, só não foi colocado no
481 orçamento de 2017 (dois mil e dezessete), porque o repasse não estava sendo feito.
482 Representante do CRP-22/MA perguntou de que rubrica está se falando agora que o CRP está
483 apto a receber. A equipe técnica do CFP explicou que não se trata de remanejamento, não está
484 se tirando dinheiro de uma conta e alocando em outra, está se gerando nova despesa cuja origem

485 do recurso é uma receita de superávit financeiro de exercícios anteriores e não vai comprometer
486 nenhuma outra rubrica. Railson de Oliveira Rodrigues (CRP-22/MA) perguntou se o dinheiro
487 sairia da Cota Parte. Foi explicado que não. Semiramis Maria Amorim Vedeatto (CRP-08/PR)
488 explicou que o orçamento é o que se deseja e o real é o dinheiro que está guardado, o que se
489 realiza. Assim, afirmou não entender essa diferença de R\$ 616.855,91 (seiscentos e dezesseis
490 mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e um centavos) a ser autorizada. Perguntou
491 em que número estava do orçamento e veio acumulando desde quando. Perguntou se há o valor
492 anual desse acúmulo e onde estava esse dinheiro. A equipe técnica do CFP explicou que esse
493 número foi colhido ano a ano e pode ser providenciado em alguns minutos para apresentá-lo,
494 mas neste momento, não está na apresentação que foi feita. Norma Cosmo Celiane (CFP)
495 informou que o dinheiro foi acumulando ano a ano e ficou guardado numa conta, mas ele deve
496 ser previsto em cada orçamento de 2012 (dois mil e doze) até hoje, porque o dinheiro é do CRP-
497 20 AM/AC/RR/RO, apenas não foi repassado. Há uma conta bancária destinada para isso, pois
498 o dinheiro não pode ser utilizado para outro destino. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ)
499 pediu continuação da pauta, haja vista que o assunto já foi esclarecido e que os tesoureiros já se
500 debruçaram sobre isso. Em regime de votação, foi aprovada por unanimidade a reformulação
501 orçamentária do Conselho Federal de Psicologia, a qual acrescenta o valor de R\$ 616.855,91
502 (seiscentos e dezesseis mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e um centavos) ao
503 orçamento inicial, tendo como origem de recurso o superávit financeiro de exercício anteriores
504 da "Conta Fundo de Seções". Dessa forma, o orçamento inicial do Conselho Federal de
505 Psicologia, que era de R\$ 32.406.569,91 (trinta e dois milhões, quatrocentos e seis mil,
506 quinhentos e sessenta e nove reais e noventa e um centavos) passou para R\$ 33.023.425,82
507 (Trinta e três milhões, vinte e três mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e oitenta e dois
508 centavos). Norma Cosmo Celiane (CFP) apresentou a proposta de remanejamento de
509 transferência dos recursos destinados ao Programa 'Desenvolvimento Sustentável do Sistema
510 Conselhos de Psicologia (equidade x Proporcionalidade)' no valor de R\$ 2.351.540,000 (dois
511 milhões trezentos e cinquenta e um mil quinhentos e quarenta reais) para o Programa 'Revista
512 Diálogos'. Norma Cosmo Celiane (CFP) sugeriu a antecipação de um ponto de pauta, pois esse
513 programa de desenvolvimento sustentável foi discutido no GT de assuntos financeiros e na
514 reunião de tesoureiros com a origem em outra fonte, que é o fundo de devolução das anuidades.
515 Explicou que a criação do Programa 'Desenvolvimento Sustentável do Sistema Conselhos de
516 Psicologia (equidade x Proporcionalidade)' já foi aprovada e o GT teve a tarefa de pensar nos
517 critérios para acesso dos CRPs a esse programa. Explicou que a partir de 2012 (dois mil e doze),
518 com a lei que institui as anuidades, houve um volume de pessoas solicitando judicialmente a
519 devolução de anuidades. Assim, alguns processos já foram pagos e outros estão em andamento.
520 Para tanto, foi criado um fundo para reservar o dinheiro que seria usado no pagamento desses
521 processos. A proposta discutida no GT e na reunião de tesoureiros mostra um levantamento de
522 todos os processos em andamento no país, e este é o último ano que as pessoas podem entrar
523 com esse processo. Há um total de R\$ 511.800,00 (quinhentos e onze mil e oitocentos reais) a
524 pagar por esses processos. Norma Cosmo Celiane (CFP) informou que de 2013 (dois mil e
525 treze) a 2017 (dois mil e dezessete) foi reservado o valor de 1.717.107,04 (um milhão setecentos
526 e dezessete mil cento e sete reais e quatro centavos). Após o pagamento dos processos devidos,
527 ainda haverá um saldo de R\$ 692.162,51 (seiscentos e noventa e dois mil cento e sessenta e dois
528 reais e cinquenta e um centavos), já com uma margem de segurança, considerando atualizações
529 monetárias. Explicou que a proposta do GT é criar o Programa 'Desenvolvimento Sustentável
530 do Sistema Conselhos de Psicologia (equidade x Proporcionalidade)' a partir desses recursos,
531 tendo um aporte anual de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), pois a cada ano o fundo de

532 devolução de anuidades recebe aproximadamente isso. A equipe técnica do CFP fez um
 533 histórico sobre a criação do fundo de devolução de anuidades, advindo do fundo de seções, após
 534 decisão da Apaf de maio de 2012 (dois mil e doze). Silvana de Oliveira (CRP-07/RS) lembrou
 535 que na Apaf anterior foi aprovado o Programa 'Desenvolvimento Sustentável do Sistema
 536 Conselhos de Psicologia (equidade x Proporcionalidade)' com destinação financeira de R\$
 537 2.340.000,00 (dois milhões trezentos e quarenta mil reais), dentro da Conta Divulgação.
 538 Explicou que a partir da apresentação feita agora, ficou com a impressão de que estão se
 539 juntando dois pontos: um referente à aproximação da conclusão do fundo de devolução de
 540 anuidades, que deixa um saldo que poderá ser utilizado e a Apaf precisa definir como. E outro
 541 referente à proposição de fundo de apoio mútuo aos CRPs. Mostrou preocupação pelo fato de
 542 um fundo que já teria o aporte de mais de dois milhões de reais ser confundido agora com um
 543 fundo que terá o aporte de apenas cerca de setecentos mil reais. Ana Sandra Fernandes
 544 Arcoverde Nóbrega explicou que na Apaf passada se falou desse valor de dois milhões de reais
 545 para o Programa 'Desenvolvimento Sustentável do Sistema Conselhos de Psicologia (equidade
 546 x Proporcionalidade)', mas quando o CFP se ateve aos documentos, verificou que esses dois
 547 milhões estavam destinados para a Revista Diálogos, que não foi editada nos últimos três anos.
 548 Silvana de Oliveira (CRP-07/RS) explicou que o esclarecimento sobre o dinheiro vir da Revista
 549 Diálogos foi feito na Apaf passada e a Assembleia aprovou destinar esse dinheiro ao fundo de
 550 apoio aos CRPs e não à revista. Ressaltou que as falas do CFP estão sendo no sentido de
 551 mostrar que houve algum equívoco no momento na aprovação do valor do fundo na Apaf
 552 anterior, e não foi, isso foi debatido e se deliberou pelo uso do dinheiro da revista para a criação
 553 do programa de apoio aos CRPs. Norma Cosmo Celiane (CFP) informou que naquela ocasião
 554 foi explicado que o recurso da Revista Diálogos, da Conta Divulgação, estava acumulado em
 555 razão de não produção de um instrumento importante para a Psicologia. Não foi repassado o
 556 valor da revista para esse programa, foi combinado que desse valor ia ser retirada uma parte
 557 para esse programa de apoio aos CRPs e outra parte ia ser para outros projetos comuns do
 558 Sistema. Afirmou que na avaliação do CFP é necessário ter um fundo que tenha um aporte para
 559 estruturar os CRPs, para que tenham suas equipes. O trabalho do GT era criar critérios para os
 560 CRPs utilizarem esse recurso e em que situação. Esse trabalho foi feito. Mas a revista Diálogos
 561 não teve fim, ela deixou de ser produzida por um tempo. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-
 562 05/RJ) informou que foi feita uma proposta de criação de um fundo que não existe. Na Apaf de
 563 dezembro se discutiu a necessidade de criação desse fundo de suporte, cujo recurso seria um
 564 acumulado da não publicação da Revista Diálogos, que naquele momento era a verba possível.
 565 Mas não se votou a extinção da revista. Pediu para não se confundir dois debates. Explicou que
 566 a proposta do GT é que se mantenha o percentual que ia para o fundo de seções, depois passou a
 567 ir para o fundo de devolução de anuidades, para alimentar esse novo fundo que está sendo
 568 criado, de desenvolvimento sustentável dos CRPs. Parabenizou o trabalho do GT de Assuntos
 569 Financeiros que conseguiu fazer sua tarefa. Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) explicou que
 570 faz tempo que se decidiu que é necessário ter um modo de auxiliar os CRPs e não se sabia de
 571 onde viria a rubrica para esse auxílio. Isso foi discutido na reunião de tesoureiros de novembro,
 572 na Apaf de dezembro e ficou definido que era necessário dar uma atenção especial a esses CRPs
 573 que tanto precisam desse suporte. Com base nisso, na quinta-feira o GT de assuntos financeiros
 574 pensou de onde poderia partir esse fundo e quais seriam os critérios. Assim, se definiu que o
 575 recurso viria desse fundo de devolução das anuidades e deve-se pensar nos critérios para a
 576 utilização desse fundo. Pediu a continuidade de apresentação do ponto, pois os questionamentos
 577 começaram antes de se apresentar os critérios e outras informações pensadas pelo GT. Explicou
 578 que o programa não se realizará apenas pelo repasse de recursos, mas sim a partir de critérios

579

580

581

582

583

584

585

586

587

588

589

590

591

592

593

594

595

596

597

598

599

600

601

602

603

604

605

606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618

619

620

621

622

623

624

625

que garantam que as funções precípuas dos Conselhos sejam feitas. Carolina de Souza Walger de Almeida (CRP-08/PR) explicou que já está consensuado que o fundo deve ser criado, mas pediu a apresentação dos dois assuntos separados. Ionara Vieira Moura Rabelo (CRP-09/GO) parabenizou o GT pela proposta feita, mas pediu mais esclarecimentos. Perguntou se é possível remanejar os R\$ 2.351,00 (dois milhões trezentos e cinquenta e um mil reais) para esse fundo. Explicou que com isso o GT traz a proposta de deixar então um milhão de reais para a revista. Afirmou que com a tecnologia de hoje, redes sociais e outras, não é justificável investir o valor de um milhão de reais para uma revista, pois os psicólogos não concordam com isso, eles querem saber para onde vai o dinheiro das anuidades. Sugeriu manter a Revista Diálogos com mídias e tecnologia, a partir de um investimento bem menor, quase custo zero. Lembrou que a proposta é de sustentabilidade e o GT não deve se ater a critérios de emergência, pois se for para situações de emergência, sempre terá um CRP em dificuldades, que pedirá esmola. A ideia é ter critérios de sustentabilidade, com metas, por exemplo, verificando a estrutura que o CRP precisa ter para funcionar e o custo para essa estrutura funcionar, de modo que o CRP tenha condições de desenvolver isso, indo até os municípios do interior que devem ser atendidos por ele, para realizar um evento ou o que for preciso. Norma Cosmo Celiane (CFP) retomou a apresentação do ponto e explicou que o fundo para o programa tenha origem no atual fundo de devolução de anuidades. Informou que para ser sustentável, o programa precisa promover a qualificação e elementos para estruturação dos CRPs. Assim, não seria um fundo disponível para o cotidiano, mas que os CRPs tenham condições de se organizar para cumprir suas atribuições. Mencionou os critérios pensados: quando houver solicitação de empréstimos para saldar dívidas; quando os CRPs não conseguirem fechar o exercício na iminência de déficit orçamentário; quando comprovadas as impossibilidades para o cumprimento das funções precípuas frente aos aspectos administrativos e estruturais; quando em situações que envolvam emergências e desastres tais como inundações, incêndios e outros infortúnios não decorrentes da má gestão administrativa. Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) acrescentou que foi discutido se o critério de acesso a esse fundo será para todos os CRPs ou somente para aqueles que apresentarem dificuldades comprovadas. Informou que há diferença entre dificuldade de cumprir função precípuas e responsabilidade dos gestores para cumprir essa função precípuas. Explicou que todos gostariam de contratar mais fiscais, por exemplo, mas como gestores públicos, cada um tem o dever de ajustar seu orçamento para dar conta de oferecer os serviços dentro daquilo que é possível. Se o fundo for acessível a todos, não será possível estruturar os CRPs que estão precisando, por isso, pediu a reflexão como gestores públicos, para cumprir as funções e com o tempo ir aprimorando essas atribuições. Afirmou que há questões estruturais administrativas que acabam impedindo o CRP de cumprir seu papel, como o exemplo dos CRPs-23/TO e 01/DF. Por isso é necessária uma análise de como será ofertado e acompanhado esse programa de sustentabilidade de um CRP que estejam necessitando. Explicou que todo esse alerta é para reflexão, pois a ideia não é aprovar os critérios colocados neste momento, mas sim levantar indicativos para o GT continuar o processo de construção dos critérios, para finalização na Apaf de dezembro. Abertas as inscrições: Danilo Camuri Texeira (CRP-21/PI) informou que um milhão para a revista é um valor muito elevado e sugeriu repensar esse valor para reduzi-lo de forma radical. Pediu para não aprovar valor para a revista hoje, mas sim fazer um orçamento de gráficas, jornalistas e tudo que for necessário, para ter um valor mais próximo da realidade. Murillo Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) informou que participou do GT que definiu isso e se posicionou contrário à forma de onde vêm os recursos para esse fundo. Disse que a forma como o programa está feito, não é suficiente para suprir as necessidades dos CRPs, porque esse dinheiro atenderá os CRPs de forma emergencial, mas há conselhos com situação de dificuldade

626 crônica, que precisam de apoio mensal. Se for feita uma análise das necessidades dos CRPs em
 627 dificuldades, é possível ver que há Conselhos necessitando de cerca de quatrocentos mil reais e
 628 o fundo como está colocado hoje contará com um aporte de aproximadamente setecentos mil
 629 reais, o que incompatível para atender todos os casos. Destacou alguns pontos que entende que
 630 não foram considerados, como, por exemplo, se mais de um CRP entrar em situação de
 631 emergências, é preciso haver critérios de desempate. Destacou que o valor colocado para o
 632 Programa 'Desenvolvimento Sustentável do Sistema Conselhos de Psicologia (equidade x
 633 Proporcionalidade)' está muito baixo e pediu para a Apaf analisar qual é a prioridade entre
 634 dispor de dois milhões e trezentos mil reais ou para a edição de um material gráfico ou para
 635 auxiliar os CRPs que estão em dificuldade para que possa atender o psicólogo que está na base,
 636 precisando de orientação. Jaira Terezinha da Silva Rodrigues (CRP-12/SC) saudou os
 637 Conselhos que se manifestaram e estão a par dos pactos feitos em Apafs anteriores e
 638 parabenizou pelo trabalho do GT. Lembrou que a organização do Programa 'Desenvolvimento
 639 Sustentável do Sistema Conselhos de Psicologia (equidade x Proporcionalidade)' foi uma
 640 proposição do CRP-12/SC e foi delegado ao GT pensar nos critérios e a única solução pensada
 641 no momento advinha da Revista Diálogos, que não tinha sido publicada, mas o GT encontrou
 642 uma alternativa mais efetiva, porque será um fundo permanente e não com base no dinheiro de
 643 uma revista que não foi publicada e que terá um fim. Explicou que o recurso inicial é menor,
 644 mas ele será retroalimentado. Lembrou que os dois milhões e trezentos mil reais mencionados
 645 são da rubrica da Conta Divulgação, assim, se não forem utilizados nas revistas, devem ser
 646 utilizados em programas nacionais do Sistema Conselhos, como eleições, anos temáticos,
 647 campanhas. Diego Mendonça Viana (CRP-11/CE) informou que seu CRP não faz parte do GT
 648 financeiro mas gostaria de contribuir. Afirmou que é consenso que o Sistema precisa de um
 649 fundo para duas situações: para socorrer os CRPs que precisam porque estão em crise, não por
 650 má gestão, mas em decorrência de outros fatores (e o programa é um passo inicial, mas o aporte
 651 é muito pequeno) e para os CRPs que são criados pelo próprio Sistema e não têm condições de
 652 se manter. Sugeriu que o programa tenha de um fundo de pelo menos um milhão de reais e
 653 indicou que o GT pense a respeito, sem nenhuma decisão nesse sentido nesta Apaf. Pediu para o
 654 GT pensar também no desmembramento de outros CRPs. Sugeriu que seja criada a estrutura
 655 mínima de funcionamento dos CRPs: um fiscal, um advogado, um contador, uma sede, pois isso
 656 é o básico para se alcançar a sustentabilidade. Indicou a necessidade concretude para as
 657 propostas a serem trazidas pelos GTs, ou seja, é necessária a publicação de uma resolução com
 658 critérios de acesso, permanência, responsabilidade, contrapartida de quem acessa o fundo e a
 659 saída desse fundo. Para isso, é necessário definir também um Conselho Gestor para questões
 660 não definidas. Concluiu que não faz sentido a revista ter mais recursos que um projeto de
 661 auxílio aos CRPs. Rodrigo Costa de Oliveira (CRP-17/RN) afirmou que o fundo de auxílio aos
 662 CRPs é um consenso. Falou da importância de ter um mecanismo de diálogo com a categoria,
 663 que não precisa ser a Revista Diálogos necessariamente, mas pode ser o projeto Diálogos,
 664 ampliando o escopo para incluir novas tecnologias, de modo que é possível rever o valor
 665 colocado para isso. Lembrou que o fundo de apoio aos CRPs tem o aporte inicial de setecentos
 666 mil reais, mas contará com o aporte anual de mais quatrocentos mil, terminando o ano com
 667 cerca de um milhão e duzentos mil reais. Defendeu que os dois financiamentos devem existir,
 668 tanto o do projeto diálogos, quanto o programa de apoio aos CRPs. Sugeriu que a discussão
 669 continue pelo GT e que seja previsto o uso racional desse recurso. A mesa informou que há
 670 mais dois blocos de inscritos e fez um resumo do que foi dito, colocando que não há dúvidas de
 671 que é necessário ter o fundo para o programa de sustentabilidade dos CRPs, com critérios de
 672 proporcionalidade entre outros, mas é importante também ter diálogo com a categoria. A Mesa

673

674

675

676

677

678

679

680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692

693

694

695

696

697

698

699

700

701

702

703

704

705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716

717

718

719

Diretora sugeriu não destinar todo o recurso da Revista Diálogos para o fundo de apoio aos CRPs, uma vez que já há a proposta de um fundo que é sistemático e anual, mas que uma parte do recurso da Revista Diálogos acumulado até o momento (que não necessariamente precisa ser uma revista impressa, mas sim uma rubrica para projetos de diálogo com a categoria) seja destinado para complementação desse fundo, junto com o que o GT de Tesoureiros já pensou, com uma rubrica a partir de um milhão de reais. Carolina de Souza Walger de Almeida (CRP-08/PR) informou que o valor inicial proposto pelo GT é o aporte que o CRP-01/DF precisaria. Por isso, defendeu que o valor inicial do programa seja de pelo menos um milhão e meio de reais. Pediu a mudança do discurso, pois o fundo não é para atender questões de emergência, mas sim para se alcançar um desenvolvimento sustentável. Sugeriu mudar as colocações iniciais da proposta, pois quando se fala em empréstimos e emergências não está se tratando de sustentabilidade, mas apenas de socorro para algumas situações. Sugeriu que haja um Comitê para gerir o recurso. Perguntou se é mais importante gastar dinheiro com ações políticas ou gastar mais dinheiro com ações para cumprir a razão de existir dos Conselhos. Registrou desconforto por não ter ouvido os CRPs de pequeno porte, que são os que mais necessitam de acessar esse fundo. Ressaltou que o seu CRP tem dinheiro, mas mesmo assim gostaria de acessar o fundo para contratar mais fiscais, no entanto, ele já possui cinco fiscais para atender a categoria de vinte mil psicólogos do estado, então seria necessário ouvir quantos os fiscais os outros Conselhos têm para a quantidade de psicólogos daquela jurisdição. Diemerson Saquetto (CRP-16/ES) falou da importância de se entender quais são as atividades fim de um Conselho. Afirmou que as ações de fiscalização são importantes, mas as atividades de orientação da categoria também são e o Sistema Conselhos têm recebido muitas reclamações porque poderia orientar mais. A revista Diálogos era um projeto interessante com um conjunto de pesquisas que vai além de mera publicação e era inclusive um instrumento usado em sala de aula e tinha caráter orientativo e de fortalecimento da Psicologia no Brasil. Portanto, também cumpre a finalidade dos Conselhos. Informou que fala do ponto de vista de um Conselho pequeno e acredita que o fundo criado é perene e não impedirá outra atividade fim do Conselho. Sugeriu a votação a partir da proposta feita pela Mesa Diretora. Informou que a última edição da revista foi em 2012 (dois mil e doze) e gostaria de manter a revista e outras atividades orientativas, como as pesquisas do Crepop, por exemplo. Railson de Oliveira Rodrigues (CRP-22/MA) informou que a preocupação do CRP-22/MA é garantir a independência desse fundo, não atrelando a nenhuma gestão específica, para evitar que o fundo seja usado somente em favor de CRPs que compartilhem da mesma visão política que o grupo que estiver à frente no momento da solicitação. Sugeriu: a criação de um Comitê Gestor com um membro do CFP e um membro de cada região para gerir os recursos; a formalização da solicitação de acesso ao fundo, com projeto específico; a análise desse Comitê Gestor para cada solicitação; a garantia de que se respeite a solicitação de um CRP de cada vez, por exemplo, se um CRP já acessou o fundo em um ano, então a próxima solicitação a ser atendida deve ser de outro CRP; a possibilidade de que seções tenham acesso ao fundo, pois futuramente podem se tornar sedes e irem se estruturando para o desmembramento, mas vinculado ao Conselho de origem. Citou situações possíveis para negar o acesso ao fundo: CRPs que não tenham pagado a Cota Parte; caracterização de má gestão administrativa ou financeira; ausência de políticas de combate à inadimplência. Sobre a prestação de contas do fundo, indicou que deve haver prestação de contas a cada seis meses, com detalhamento de impacto e demonstração dos recursos em sua relação anterior, demonstrativo analítico das despesas assinado pelos ordenadores de despesas, cópia de comprovantes de despesas realizadas, cópias de comprovantes bancários e autorização de plenárias. Pediu também a garantia de uma rubrica específica, para que seja algo

720 institucionalizado. Inicialmente o dinheiro vem da Cota Parte, mas pode-se pensar em outra
 721 rubrica para alimentar esse fundo a partir da arrecadação. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-
 722 05/RJ) informou que está se discutindo um valor para esse fundo, sem que tenha havido nenhum
 723 estudo nos últimos cinco anos sobre quais teriam sido as necessidades dos CRPs para essa
 724 ajuda, mostrando quais CRPs pediram ajuda e para que situações. Assim, concordou com a
 725 proposta colocada pelo CRP-22/MA, mas acha que é necessário ter clareza de outros elementos
 726 para a análise. Afirmou que não se pode votar neste momento. Esclareceu que um fundo de
 727 desenvolvimento sustentável é diferente de um fundo para socorro aos CRPs, de modo que
 728 possam se tornar autônomos novamente. Afirmou que não se pode financiar projetos específicos
 729 de cada CRP. O que se discutiu em setembro estava centrado nas demandas do CRP-01/DF, que
 730 foi uma situação dramática por mais de dois anos. Parabenizou o CRP-23/TO que apesar de ser
 731 pequeno, conseguiu organizar suas contas e resolver suas pendências financeiras. Sugeriu a
 732 retirada da Revista Diálogos desse contexto, de modo que os debates sejam feitos de forma
 733 independente. Luiz Romano da Motta Araujo Neto (CRP-10/PA/AP) esclareceu que a forma
 734 como a discussão desse fundo está colocada está confusa e contraditória. Concordou com o
 735 CRP-05/RJ de que a discussão surgiu a partir da situação do CRP-01/DF e não havia
 736 instrumentos para auxiliar o CRP. Afirmou que o que foi apresentado neste momento é um
 737 plano de investimentos, que tem o efeito contrário para o que foi pensado inicialmente. Fala-se
 738 de aquisição de equipamentos, por exemplo, mudando o sentido original da proposta, que era de
 739 socorrer alguns CRPs. Falou que é preciso saber quais são as necessidades exatas de cada CRP e
 740 defendeu que se há CRPs que não têm condições de se manter, então há um erro. Afirmou que
 741 se a dificuldade do CRP é uma questão permanente, então é preciso definir outra solução.
 742 Afirmou que esse fundo deve ter um efeito de remédio, para socorrer o CRP mediante um
 743 ajuste, visando o funcionamento normal da autarquia que está demandando. Concluiu que não é
 744 possível ter um fundo para auxílio permanente ou deve haver dois fundos diferentes. Pediu que
 745 haja um prazo para o CRP usar o fundo para que se recupere e consiga se resolver sozinho.
 746 Afirmou que o dinheiro é dos psicólogos do Brasil, se será investido em revista Diálogos ou
 747 outro projeto, a decisão cabe à Apaf. Assim, é possível socorrer qualquer CRP com auxílio de
 748 todo o sistema, mas desde que haja um compromisso mútuo e um prazo definido. Norma Cosmo
 749 Celiane (CFP) fez a seguinte proposta: a criação do fundo com o valor R\$ 7000.000,00
 750 (setecentos mil reais), mais o percentual a definir (mencionado pela Mesa Diretora) que faça
 751 com que esse fundo chegue ao valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) no total
 752 inicialmente, com a criação posterior de uma minuta de resolução para ser apreciada na próxima
 753 Apaf a ser feita pelo GT, incluindo todas as contribuições colocadas aqui na Apaf e outras que o
 754 GT possa indicar. Silvana de Oliveira (CRP-07/RS) pediu questão de ordem para informar que o
 755 fundo já está criado e que agora a Apaf deve avançar em outras questões de detalhamento.
 756 Anderson Luis Schuck (CRP-12/SC) propôs que não se mexa na rubrica da Revista Diálogos, de
 757 modo que ela seja utilizada para cumprir deliberações de psicólogos advindas dos Congressos
 758 Nacionais de Psicologia e que o fundo seja composto inicialmente pelo valor advindo do fundo
 759 de devolução de anuidades, como proposto pelo GT inicialmente. Murillo Rodrigues dos Santos
 760 (CRP-09/GO) propôs que se retire o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) da Conta
 761 Divulgação e seja repassado para suplementar a conta de fundo de devolução de anuidades para
 762 que seja utilizado no Programa de Desenvolvimento dos CRPs. Semiramis Maria Amorim
 763 Vedevatto (CRP-08/PR) propôs o projeto Diálogo com uso de mídias digitais, de modo que
 764 metade do recurso da revista Diálogos seja para esse projeto Diálogos e que a outra metade seja
 765 para compor o fundo de auxílio aos CRPs, juntamente com o valor inicial de devolução de
 766 anuidades. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) propôs que o fundo a ser criado se destine

767 ao atendimento de situações emergenciais dos CRPs, que sejam criados critérios objetivos para
 768 apresentação na próxima Apaf e que se considere a proposta feita pelo GT financeiro com o
 769 valor possível hoje, disponível no fundo de devolução de anuidades. A Mesa consultou se essa
 770 proposta pode ser reunida com a proposta feita pelo CRP-12/SC. Diva Lúcia Gautério Conde
 771 (CRP-05/RJ) esclareceu que sua proposta é para que o fundo se destine apenas a situações de
 772 emergência e não para situações de investimento para o desenvolvimento dos CRPs. Mariane
 773 Teixeira Netto Rodrigues (CRP-07/RS) propôs que a verba para o fundo de emergência seja
 774 advinda da proposta do GT, juntando com a proposta feita pelo CRP-08/PR (do projeto
 775 Diálogos, considerando o conceito de divulgação, formação). Danilo Camuri Texeira Lopes
 776 (CRP-21/PI) propôs que tudo que se refere à comunicação seja apresentado inicialmente num
 777 planejamento estratégico, para que seja deliberado sobre isso na próxima Apaf. Diego
 778 Mendonça Viana (CRP-11/CE) pediu para complementar uma proposta já colocada na projeção
 779 pedindo para registrar que se deve considerar a elaboração realizada pelo GT de assuntos
 780 financeiros e as indicações colocadas nesta Apaf. Os CRPs-07/RS e 08/PR compuseram uma
 781 proposta única. Os CRPs 12/SC e 05/RJ também compuseram uma nova proposta conjunta. O
 782 CRP-09/GO retirou sua proposta inicial porque foi contemplada por outra proposta apresentada.
 783 A Mesa sugeriu colocar em votação três propostas, sendo que o seguinte trecho faz parte de
 784 todas elas: formulação de minuta de resolução (considerando elaboração realizada pelo GT de
 785 assuntos financeiros e os apontamentos feitos nesta Apaf) e com critérios citados de acesso ao
 786 fundo a serem apresentados na próxima Apaf. Proposta número um: valor inicial de R\$
 787 1.000.000,00 (um milhão de reais), sendo R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) do fundo de
 788 devolução de anuidades e R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) do fundo da Revista Diálogos
 789 acumulado dos últimos anos. Proposta número dois: não utilização de recursos da rubrica da
 790 Revista Diálogos, iniciando o fundo com o valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais)
 791 advindo do fundo de devolução das anuidades. Proposta número três: utilizar os R\$ 700.000,00
 792 (setecentos mil reais) do fundo de devolução das anuidades e retirar 50% (cinquenta por cento)
 793 da Revista Diálogos perfazendo o valor de R\$ 1.875.820,00 (um milhão oitocentos e setenta e
 794 cinco mil oitocentos e vinte reais). Diemerson Saquetto (CRP-16/ES) sugeriu votar apenas duas
 795 propostas, sendo uma, prevendo a utilização da rubrica da Conta Divulgação – Revista Diálogos
 796 (sem definir o valor exato neste momento) e outra usando apenas recursos do Fundo de
 797 Devolução de Anuidades, como sugerido inicialmente pelo GT. Após breve debate, manteve-se
 798 a votação para as três propostas colocadas. A proposta 1 (um) recebeu 5 (cinco) votos, a
 799 proposta 2 (dois) recebeu 27 (vinte e sete) votos e a proposta 3 (três) recebeu 15 (quinze) votos.
 800 Foram registradas 2 (duas) abstenções. A equipe técnica do CFP esclareceu que existe a Conta
 801 Divulgação que engloba várias rubricas do Sistema Conselhos de Psicologia e entre elas há a
 802 rubrica Revista Diálogos, que é um orçamento apenas para a Revista Diálogos. Norma Cosmo
 803 Celiane (CFP) falou da necessidade de se votar o remanejamento financeiro de R\$ 2.351.640,00
 804 (dois milhões trezentos e cinquenta e um mil seiscentos e quarenta reais) para essa rubrica
 805 retornar à Revista Diálogos. A equipe técnica do CFP esclareceu que esse valor de R\$
 806 2.351.640,00 (dois milhões trezentos e cinquenta e um mil seiscentos e quarenta reais) tinha
 807 origem na rubrica da Revista Diálogos, mas estava suspenso desde a Apaf anterior porque era
 808 necessário definir a origem do recurso que iria para o programa de sustentabilidade dos CRPs.
 809 Como agora está definido que o programa terá um recurso inicial advindo do fundo de
 810 devolução de anuidades, é preciso autorizar que os R\$ 2.351.640,00 (dois milhões trezentos e
 811 cinquenta e um mil seiscentos e quarenta reais) voltem ao orçamento da Revista Diálogos. A
 812 Mesa esclareceu que isso não significa que a revista será impressa, pois isso ainda não foi
 813 discutido. A decisão é apenas para garantir que o recurso volte à Conta Divulgação, no

814 orçamento "Revista Diálogos". José Costa dos Santos (CRP-03/BA) afirmou que o valor já
815 estava alocado no Programa de Sustentabilidade e está sendo retirado de lá para ir para a Revista
816 Diálogos e que isso não ficou claro na votação, de modo que algumas pessoas podem ter votado
817 sem entender claramente o objetivo da votação. Norma Cosmo Celiane (CFP) explicou que o
818 Programa de Desenvolvimento Sustentável foi colocado como proposta na Apaf passada, no
819 entanto, não havia esse valor aprovado para o fundo. Foi deliberado que o CFP (que estava
820 tomando posse na ocasião) iria pensar nos recursos para o programa. Não tinha ainda a
821 definição do valor. O GT ia trabalhar essa proposta, colocando critérios. Agora que foi resolvida
822 a questão de onde vem o recurso para o fundo, é preciso devolver a rubrica para a sua origem.
823 Semiramis Maria Amorim Vedevatto (CRP-08/PR) pediu questão de ordem e explicou que a
824 afirmação do CRP-03/BA procede e está de acordo com a ata que foi aprovada, na linha 219
825 (duzentos e dezenove). Ela leu o seguinte trecho da ata da Apaf de dezembro de 2016 (dois mil
826 e dezesseis): "apresentou o detalhamento das despesas da Conta-Divulgação, que é gerida pela
827 Apaf, e somam R\$ 6.641.873,00 (seis milhões seiscentos e quarenta e um mil oitocentos e
828 setenta e três reais), sendo R\$ 653.200,00 (seiscentos e cinquenta e três mil e duzentos reais)
829 para a 'Revista Psicologia, Ciência e Profissão'; R\$ 2.351.640,00 (dois milhões trezentos e
830 cinquenta e um mil seiscentos e quarenta reais) para o 'Desenvolvimento Sustentável do
831 Sistema Conselhos de Psicologia (Equidade x Proporcionalidade)'; R\$ 2.348.320,00 (dois
832 milhões trezentos e quarenta e oito mil e trezentos e vinte reais) para o 'Crepop' – Centro de
833 Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas;..." E em seguida perguntou se a Apaf
834 está mudando algo que já foi votado na Apaf anterior. Ana Sandra Fernandes Arcoverde
835 Nóbrega (CFP) explicou que a Apaf é soberana e que isso é decidido por votação. Murillo
836 Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) explicou que a ata foi aprovada de manhã com uma
837 redação e agora a tarde está se deliberando algo diferente disso, assim, consultou se é possível
838 suspender este ponto e rever a ata, para evitar problema entre as Assessorias Jurídicas do CFP e
839 CRPs. Ana Sandra Fernandes Arcoverde Nóbrega (CFP) esclareceu que algumas pessoas
840 concordaram com o uso dessa rubrica e outras discordaram, por isso, houve votação. Railson de
841 Oliveira Rodrigues (CRP-22/MA) perguntou se a votação é para retirar R\$ 2.351.640,00 (dois
842 milhões trezentos e cinquenta e um mil seiscentos e quarenta reais) da rubrica do 'Programa
843 Desenvolvimento Sustentável do Sistema Conselhos de Psicologia (Equidade x
844 Proporcionalidade)' e passar para a rubrica 'Revista Diálogos', colocando no lugar desses dois
845 milhões retirados, o valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais). A equipe técnica do CFP
846 esclareceu que R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) é do fundo de devolução de anuidades e
847 não está dentro desta discussão. Em 2016 (dois mil e dezesseis) o valor de R\$ 2.351.640,00
848 (dois milhões trezentos e cinquenta e um mil seiscentos e quarenta reais) foi aprovado como se
849 fosse para o 'Programa Desenvolvimento Sustentável do Sistema Conselhos de Psicologia
850 (Equidade x Proporcionalidade)' e agora não será mais, então esse valor vai voltar para a
851 Revista Diálogos. Norma Cosmo Celiane (CFP) sugeriu que se assista o vídeo da Apaf passada
852 neste ponto, pois não foi autorizado o valor que iria para o Programa de Desenvolvimento
853 Sustentável, foi aprovado que o CFP se debruçasse sobre a proposta, para pensar os recursos
854 para compor o programa e outros projetos do Sistema Conselhos de Psicologia. Isso ficou em
855 suspenso. Silvana de Oliveira (CRP-07/RS) afirmou que na ata aprovada nesta manhã já havia
856 um valor aprovado para o programa e isso está sendo modificado. Assim, pediu o registro em
857 ata, haja vista que essa mudança é uma decisão política importante. Em regime de votação, foi
858 aprovada a transferência dos recursos destinados ao programa "Desenvolvimento Sustentável do
859 Sistema Conselhos de Psicologia (Equidade X Proporcionalidade)", no valor de R\$
860 2.351.640,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta e um mil, seiscentos e quarenta reais) para o

861 programa "Revista Diálogos", com 26 (vinte e seis) votos favoráveis, 19 (dezenove) votos
 862 contrários e 2 (duas) abstenções. **3.7 ANUIDADES DO EXERCÍCIO DE 2018:** Norma
 863 Cosmo Celiane (CFP) esclareceu que é preciso aprovar o teto da anuidade para 2018 de acordo
 864 com a lei 12.514/2011, de modo que a atualização é baseada no INPC/IBGE de maio de 2016
 865 (dois mil e dezesseis) a abril de 2017 (dois mil e dezessete). O índice acumulado é de 3,98%
 866 (três vírgula noventa e oito por cento) para pessoas físicas. Assim, o valor da anuidade corrigido
 867 é de R\$ 617,33 (seiscentos e dezessete reais e trinta e três centavos) e o valor do fundo de
 868 seções corrigido é de R\$ 6,35 (seis reais e trinta e cinco centavos), de modo que o teto proposto
 869 de anuidade para 2018 (dois mil e dezoito) é para R\$ 623,68 (seiscentos e vinte e três reais e
 870 sessenta e oito centavos). Em relação à pessoa jurídica, foi apresentado um quadro com os
 871 valores de anuidade de 2017 (dois mil e dezessete) corrigidos para cada faixa de capital social,
 872 aplicando-se o índice de 3,98% (três vírgula noventa e oito por cento), como já explicado. Foi
 873 informado que o Fundo de Seções no valor de R\$ 6,35 já foi incluído na proposta apresentada.
 874 Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) pediu para que seja apresentada na próxima Apaf uma
 875 demonstração de quantas pessoas jurídicas atingem cada faixa de capital. Murillo Rodrigues dos
 876 Santos (CRP-09/GO) informou que no Grupo de Trabalho de finanças, reunido há dois dias, foi
 877 levantado um ponto que precisa de mais esclarecimentos, sobre a cobrança do fundo de seções.
 878 Explicou que algumas Assessorias Jurídicas entendem que o fundo de seção é ilegal, pois a Lei
 879 12.514 (doze mil quinhentos e catorze), no artigo 4º (quarto) afirma que "os Conselhos cobrarão
 880 multas por violação da ética, anuidades e outras obrigações definidas em lei especial". E a
 881 Resolução CFP nº 15/1998 (quinze de mil novecentos e noventa e oito), que estabelece o fundo
 882 de seções, afirma no artigo 11 (onze) que "os efeitos desta resolução se aplicam às anuidades de
 883 1999 (mil novecentos e noventa e nove), 2000 (dois mil) e 2001 (dois mil e um). Essa resolução
 884 não foi editada, não há lei prevendo o fundo de seções e fundo de seções não é anuidade,
 885 portanto, é ilegal. Assim, pediu, antes de qualquer aprovação que se relacione com o fundo de
 886 seções, esclarecimentos do CFP ou consulta do CFP ao TCU (Tribunal de Contas da União)
 887 sobre essa cobrança, haja vista que não é justo realizar uma cobrança aos psicólogos, se não é
 888 legal. José Félix Vilanova Barros (CRP-15/AL) informou que todas as cobranças do Sistema
 889 Conselhos de Psicologia são compartilhadas pelo que está previsto em lei, sendo 1/3 (um terço)
 890 para o CFP e 2/3 (dois terços para os Regionais). Por meio de acordos, foi estabelecido 25%
 891 (vinte e cinco por cento) para o CFP e 75% (setenta e cinco por cento) para os Regionais. O
 892 CRP-15/AL fez um levantamento com o Banco do Brasil e verificou que todos os encargos têm
 893 ficado sob responsabilidade dos Regionais. Afirmou que os encargos deveriam seguir o mesmo
 894 acordo de 25% (vinte e cinco por cento) para o Federal e 75% (setenta e cinco por cento) para
 895 os Regionais. A equipe técnica do CFP esclareceu que o psicólogo não tem ciência do que é o
 896 fundo de seções, pois o valor é inculido na anuidade. Isso foi criado em 1998 (mil novecentos e
 897 noventa e oito) e é uma divisão interna, que não é cobrado a parte do psicólogo. O valor é
 898 retirado da anuidade para o fundo de seções. Por problemas da Implanta Informática, os
 899 Sistemas Siscaf dos CRPs não são uniformes e existem alguns em que o sistema está
 900 segregando essa informação. Com isso, alguns CRPs já têm até informado à categoria que
 901 existe essa divisão, como se fosse um valor a parte, mas isso não deveria ser divulgado, é
 902 apenas uma divisão interna, que faz parte da anuidade. Sobre os encargos e tarifas bancárias, no
 903 momento em que o psicólogo paga o boleto no caixa do banco, automaticamente há uma
 904 divisão, de modo que uma parte vai para o CFP e outra vai para o Regional, e os encargos
 905 também são divididos na mesma proporção, 25% (vinte e cinco por cento) para o CFP e 75 %
 906 (setenta e cinco por cento) para os CRPs. José Félix Vilanova Barros (CRP-15/AL) informou
 907 que no final da gestão passada houve um diálogo com o CFP em que a própria equipe técnica

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

949

950

951

952

953

954

afirmou que essa divisão de tarifas não estava sendo feita. O CRP-15/AL foi buscar a informação com o Banco do Brasil e trouxe uma posição oficial para entregá-la ao CFP. A equipe técnica do CFP esclareceu que há duas questões diferentes, as tarifas, e as taxas de impressão e postagens. No caso do CRP-15/AL, a taxa de impressão e postagens é debitada somente da conta do CRP, o CRP apura quanto pagou e pede ressarcimento para o Federal de 25% (vinte e cinco por cento). O CFP encaminhou ofício aos CRPs esclarecendo esse procedimento e alguns CRPs já o adotam. Rodrigo Costa de Oliveira (CRP-17/RN) informou que o fundo de seções é um procedimento interno de como o CFP e CRPs repartem a anuidade, mas não é um movimento secreto. Ele está dentro da legalidade e por questões de transparência, ele sempre é explicado nas assembleias do CRP-17/RN aos psicólogos. Murillo Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) explicou que no boleto do CRP é cobrado o valor da anuidade e o valor de fundo de seções. Rodrigo Costa de Oliveira (CRP-17/RN) afirmou que a questão não se refere à legalidade, mas sim a uma forma de comunicação. Diego Mendonça Viana (CRP-11/CE) perguntou qual o dispositivo legal para o fundo de seções, pois sabe que havia uma resolução, a qual não foi editada. Chamada a prestar esclarecimentos, a Assessoria Jurídica do CFP afirmou que o fundo de seções tem base legal na Lei 12.514 (doze mil quinhentos e catorze) e na Resolução CFP nº 15/1998 (quinze de mil novecentos e noventa e oito). Murillo Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) afirmou que a base legal era somente até o ano de 2001 (dois mil e um). A Assessoria Jurídica do CFP informou que o fundo de anuidades é totalmente legal, pois as resoluções não precisam ser editadas sempre que há uma nova lei, elas podem ser recepcionadas pela nova lei. Por exemplo, o Código Tributário Nacional é anterior à Constituição Federal, assim como a Lei 5.766 (cinco mil setecentos e sessenta e seis), que é de 1971 (mil novecentos e setenta e um). Então há cobertura legal. Em regime de votação, foram aprovados por 33 (trinta e três) votos o valor de R\$ 623,78 (seiscentos e vinte e três reais e setenta e oito centavos) para o teto de anuidades para 2018 (dois mil e dezoito), o valor de R\$ 6,35 (seis reais e trinta e cinco centavos) para o fundo de seções e os valores de anuidades de pessoa jurídica conforme quadro apresentado, sendo os valores de 2017 (dois mil e dezessete) com a correção de 3,98 (três vírgula noventa e oito por cento). Não houve votos contrários. Houve 13 (treze) abstenções. **3.8 BAIXA DE BENS MÓVEIS:** Norma Cosmo Celiane (CFP) apresentou a lista de materiais que o CFP irá colocar à disposição para os CRPs que tiverem interesse, caso contrário, os bens serão doados para instituições filantrópicas. Semiramis Maria Amorim Vedevatto (CRP-08/PR) perguntou qual o critério para a escolha das instituições. A equipe técnica do CFP informou que isso está em legislação, determinando que devem ser instituições filantrópicas sem fins lucrativos. O CFP geralmente doa para creches ou escolas com alunos especiais de baixa renda em Brasília. Foi informado que o CRP que tiver interesse, deve verificar os custos de embalagem e envio do material a ser recebido. A baixa foi aprovada por unanimidade. Foi esclarecido que os CRPs têm até 15 dias para informar se tem interesse em algum material disponível para doação. **3.9 GT DE ASSUNTOS FINANCEIROS:** Norma Cosmo Celiane (CFP) informou que o GT é composto pelo CFP e pelos CRPs 05/RJ, 09/GO, 10/PA/AP, 12/SC, 13/PB, 18/MT, 19/SE e 20/ AM/AC/RR/RO. Ela informou que o GT trabalhou os seguintes pontos: atualização do manual de procedimentos administrativos e financeiros; proposta de política de arrecadação para o Sistema Conselhos de Psicologia; qualificação de processos de previsão e acompanhamento da inadimplência para proposição de soluções (boas práticas). Rodrigo Acioli Moura (CRP-05/RJ), relator do GT, foi convidado a apresentar o ponto. **3.9.1 Atualização do manual de procedimentos administrativos e financeiros:** Ele explicou que houve proposta de criar uma subcomissão técnica para dar um olhar profissional ao trabalho, de modo que cada CRP indique que funcionários irão atuar no subgrupo. Haverá nova reunião em

955 30 (trinta) de setembro para avaliar os trabalhos dessa subcomissão. Assim, a produção será
 956 apreciada pelo GT e será apresentada com antecedência aos CRPs que não fazem parte do GT.
 957 Essa subcomissão está formada pelo CFP e por um CRP de cada região. Da região Norte será o
 958 CRP-10/PA/AP; da região Nordeste, será o CRP-19/SE; da região Sudeste, será o CRP-06/SP;
 959 da região Centro Oeste, será o CRP-09/GO; e da região Sul, será o CRP-12/SC. Será produzida
 960 uma minuta de resolução para apreciação do GT. **3.9.2 Proposta de política de arrecadação**
 961 **para o Sistema Conselhos de Psicologia:** Rodrigo Acioli Moura (CRP-05/RJ) informou que o
 962 GT propõe implementar a concessão de desconto da cota única com vencimento em até 31
 963 (trinta e um) de janeiro, sendo descontos entre 10% (dez por cento) e 15% (quinze por cento),
 964 excluindo a possibilidade de desconto de 5% (cinco por cento) oferecido para pagamento da
 965 cota única nomes de fevereiro. Explicou que o CFP apresentou um quadro de cinco regionais,
 966 pequenos, médios e grandes, mostrando quanto arrecadaram nos meses de janeiro a maio, com
 967 os respectivos descontos e foi percebida a arrecadação maior é no mês de janeiro e, no mês de
 968 fevereiro, em que há o desconto de 5% (cinco por cento), a arrecadação é mínima. O quadro
 969 mencionado foi projetado e ficou claro que maioria dos psicólogos paga a anuidade em janeiro
 970 com o desconto ou parcelada em cinco vezes. A equipe técnica do CFP explicou que a proposta
 971 inicial do GT foi de transferir esse desconto de 5% (cinco por cento) de fevereiro e implementar
 972 no desconto de janeiro, ficando 15% (quinze por cento) de desconto para o psicólogo que pagar
 973 em janeiro. No entanto, na reunião de tesoureiros, essa proposta foi reformulada, de modo que
 974 os CRPs possam decidir aplicar um dos dois modelos de desconto que seja melhor para a sua
 975 realidade: um modelo seria de desconto de 15% (quinze por cento) em janeiro; e o outro modelo
 976 seria de desconto de 10% (dez por cento) em janeiro e desconto de 5% (cinco por cento) em
 977 fevereiro. Desse modo, ficaria a critério da assembleia orçamentária de cada CRP decidir qual
 978 dos dois modelos adotar. Informou que sendo aprovada essa proposta, será publicada resolução,
 979 para que isso seja instituído para as anuidades de 2018 (dois mil e dezoito). Em seguida,
 980 Rodrigo Acioli Moura (CRP-05/RJ) leu outras sugestões colocadas na reunião de tesoureiros
 981 para a proposta apresentada. Abertas as inscrições, Rodrigo Monteiro de Oliveira (CRP-
 982 23/TO) informou que o CRP está sugerindo que as instituições dos setores públicos exijam a
 983 certidão de adimplência ao contratar psicólogos. Mas um desafio que tem aparecido é em
 984 relação à resolução do CFP que regulamenta o assunto, pois ela deixa claro que o psicólogo é
 985 inadimplente somente após deixar de pagar o ano anterior. Mas ao deixar de pagar o CRP no
 986 primeiro trimestre, teoricamente o psicólogo já deveria estar em débito com o Conselho.
 987 Inclusive a resolução usa o termo "débito no ano corrente". Alguns psicólogos têm questionado,
 988 assim, o CRP entende que é necessário alterar essa resolução. Diva Lúcia Gautério Conde
 989 (CRP-05/RJ) afirmou que todos estão enfrentando dificuldades de inadimplência em
 990 decorrência da situação que o país está vivendo, mas entende que o quadro apresentado foi
 991 esclarecedor e por isso, acredita que não se deve dispersar disso ou aumentar muito o desconto
 992 em janeiro, pois não se deve correr o risco de perder receita. O CRP-05/RJ então sugeriu o
 993 desconto de 10% (dez por cento) em janeiro e manter a possibilidade do parcelamento sem
 994 desconto em cinco vezes em maio, pois isso simplifica as modalidades de arrecadação e os
 995 CRPs podem se organizar melhor. Murillo Rodrigues dos Santos (CRP-09/GO) esclareceu
 996 que a proposta do GT é de desconto de até 15 % (quinze por cento) e não fixado em 15%
 997 (quinze por cento). Sobre a questão das contratantes e do problema com a resolução do CFP,
 998 Frederico Alves de Almeida (CRP-19/SE) informou que o CRP pode pedir para que toda
 999 empresa contratante possa cobrar essa certidão do psicólogo sobre a adimplência, no entanto os
 1000 Conselhos não têm força de lei para que isso seja atendido. Murillo Rodrigues dos Santos

1001 (CRP-09/GO) informou que cabe aos Conselhos entrarem em contato com prefeituras para fazer
 1002 essa exigência de certidão para a contratação de psicólogos por meio de editais. Mesmo que a
 1003 prefeitura ou outra empresa não seja obrigada a atender, ela pode compreender as razões disso e
 1004 dificilmente se negará a solicitar o documento. Sobre a implementação de até 15% (quinze por
 1005 cento) de desconto, informou que para fazer isso é necessário um estudo de viabilidade
 1006 financeira e afirmou que em Goiás, por exemplo, ao se adotar esse desconto de 15% (quinze por
 1007 cento), o que se perderia com os 5% (cinco por cento), faria o CRP resgatar 88 (oitenta e oito)
 1008 psicólogos inadimplentes. Assim, seria importante fazer um acompanhamento disso, para
 1009 termos estudo de impacto. Chamado a responder os questionamentos, Rodrigo Acioli Moura
 1010 (CRP-05/RJ) explicou que o desconto é de até 15% (quinze por cento), portanto pode ser de
 1011 10% (dez por cento) também, ficando a critério de cada Regional. Esclareceu que o
 1012 parcelamento em cinco vezes atende a uma determinação legal. Sobre o pedido de alteração de
 1013 resolução, informou que quando houver alteração do manual, essa mudança já deve ser prevista,
 1014 de modo que isso deve ser trabalhado pelo subgrupo informado no item anterior. Anderson
 1015 Luis Schuck (CRP-12/SC), também membro do GT, informou que a proposta do GT foi
 1016 reformulada pela reunião de tesoureiros e a diretriz final é de que ou se dê o desconto de 15%
 1017 (quinze por cento) em janeiro e não se pratique desconto em fevereiro ou continue praticando
 1018 10% (dez por cento) em janeiro e mais 5% (cinco por cento) em fevereiro. A opção de dez até
 1019 quinze foi retirada na reunião de tesoureiros. Diva Lúcia Gautério Conde (CRP-05/RJ) pediu
 1020 para esclarecer se a proposta é de: desconto de 15% em janeiro ou desconto de 10% em janeiro
 1021 e 5% em fevereiro. Foi esclarecido que a proposta é essa mesma e que a proposta de desconto
 1022 de dez até quinze por cento era a proposta inicial do GT, mas isso já foi modificado na reunião
 1023 de presidentes. Rodrigo Acioli Moura (CRP-05/RJ) corrigiu uma de suas falas anteriores, pois
 1024 ele afirmou que o desconto seria de 10 (dez) a 15% (quinze por cento), entretanto, essa proposta
 1025 deixou de existir na reunião de tesoureiros, assim, com a defesa feita pelo CRP-05/RJ durante a
 1026 Apaf, surge uma terceira proposta de desconto de 10% (dez por cento) em janeiro e mais nada.
 1027 Em regime de votação, foram aprovados em bloco, por unanimidade, os seguintes
 1028 encaminhamentos do GT de Assuntos Financeiros: **Encaminhamentos sobre a**
 1029 **Atualização do Manual de Procedimentos Administrativos e Financeiros:** Aprovada
 1030 a criação de uma subcomissão composta por técnicos e assessores dos Conselhos
 1031 Regionais de Psicologia que participam do GT, com intuito de atualizar o material já
 1032 existente, produzido a partir das contribuições dos CRPs. Comporão essa subcomissão
 1033 técnica: CRP-06/SP (funcionários do CRP), CRP-09 /GO (Hamilton), CRP-10/PA/AP
 1034 (Amanda), CRP-12/SC (Leonardo e Daniela), CRP-19/SE (Henrique e Ideilda) e CFP
 1035 (Antônio Neto, José Eli e Rogério Reis). **Encaminhamentos sobre a Proposta de**
 1036 **Política de Arrecadação para o Sistema Conselhos de Psicologia:** Alterar a proposta
 1037 inicial do GT financeiro em relação à questão do desconto da anuidade de modo a
 1038 permitir aos Regionais que decidam entre aplicar um dos dois modelos de descontos,
 1039 visando o impacto financeiro de arrecadação, conforme segue: janeiro 15% (quinze por
 1040 cento); janeiro 10% (dez por cento) ou; janeiro 10% (dez por cento) e fevereiro 5%
 1041 (cinco por cento). **3.9.3 Qualificação de processos de previsão e acompanhamento da**
 1042 **inadimplência para proposição de soluções (boas práticas):** Norma Cosmo Celiane (CFP)
 1043 informou que há duas resoluções a serem apreciadas neste ponto e que ainda há o GT de
 1044 Cobranças e assuntos correlatos, todos relativos aos pontos financeiros. Neste momento, a Mesa
 1045 Diretora consultou sobre a continuidade da assembleia tendo em vista o avançar do horário.

